

BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.163.016/0001-76

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas, No exercício, a BMC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 704 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 11.094 mil e Ativos Totais de R\$ 11.959 mil.

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BMC DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE	11.404	10.591	CIRCULANTE	482	328
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	44	44	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	482	328
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5).....	11.327	10.514	Sociais e Estatutárias (Nota 9d).....	-	7
Carteira Própria.....	11.327	10.514	Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a).....	403	232
OUTROS CRÉDITOS.....	33	33	Diversas (Nota 8b).....	72	93
Diversos (Nota 6).....	33	33	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	383	338
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	554	471	OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	-	-
OUTROS CRÉDITOS.....	554	471	Fiscais e Previdenciárias (Nota 8a).....	383	338
Diversos (Nota 6).....	554	471	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.094	10.397
PERMANENTE	1	1	Capital:.....	-	-
INVESTIMENTOS.....	1	1	- De Domiciliados no País (Nota 9a).....	6.000	5.700
Outros Investimentos.....	1	1	Reservas de Lucros (Nota 9c).....	5.094	4.697
TOTAL	11.959	11.063	TOTAL	11.959	11.063

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2015	31 de dezembro 2015	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	746	1.369	1.082
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c).....	746	1.369	1.082
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	746	1.369	1.082
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(109)	(218)	(462)
Outras Despesas Administrativas (Nota 10).....	(74)	(175)	(175)
Despesas Tributárias (Nota 11).....	(35)	(64)	(213)
Outras Receitas Operacionais (Nota 12).....	16	29	113
Outras Despesas Operacionais (Nota 13).....	(16)	(34)	(187)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	637	1.151	620
IMPÓSITO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 15a e b)	(252)	(447)	(253)
LUCRO LÍQUIDO	385	704	367
Número de cotas (Nota 9a).....	6.000.000	6.000.000	5.700.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	64,17	117,33	64,39

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2015	31 de dezembro 2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	637	1.151	620
Ajustes ao Lucro antes dos Impostos.....	16	30	72
Despesas com Provisões Fiscais.....	16	30	72
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	653	1.181	692
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(586)	(813)	(395)
(Aumento) em Outros Créditos.....	(50)	(65)	(67)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	10	(10)	(2)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(33)	(290)	(218)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(6)	3	10
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			
Dividendos Pagos.....	-	(3)	(3)
Caixa Líquido Utilizado das Atividades de Financiamentos	-	(3)	(3)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(6)	-	7
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	50	44	37
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	44	44	44
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(6)	-	7

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Saldos em 30.6.2015	Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Totais
		Capital Social	Legal	Estatutária		
Saldos em 30.6.2015.....	6.000	71	4.642	-	-	10.713
Lucro Líquido.....	-	-	-	385	385	-
Destinações: Reservas.....	-	19	362	(381)	-	(4)
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(4)	-	-
Saldos em 31.12.2015	6.000	90	5.004	-	-	11.094
Saldos em 31.12.2015.....	5.500	36	4.497	-	-	10.033
Aumento de Capital com Reservas.....	200	-	(200)	-	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	367	367	-
Destinações: Reservas.....	-	19	345	(364)	-	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(3)	-	-
Saldos em 31.12.2014	5.700	55	4.642	-	-	10.397
Aumento de Capital com Reservas.....	300	-	(300)	-	-	-
Lucro Líquido.....	-	-	-	704	704	-
Destinações: Reservas.....	-	35	662	(697)	-	-
- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(7)	-	-
Saldos em 31.12.2015	6.000	90	5.004	-	-	11.094

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre 2015		Exercícios findos em 31 de dezembro 2015		2014	
	2015	%	2015	%	2014	%
1 - RECEITAS	746	111,0	1.364	112,3	1.008	121,0
1.1) Intermediação Financeira.....	746	111,0	1.369	112,7	1.082	129,9
1.2) Outras.....	-	-	(5)	(0,4)	(74)	(8,9)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(74)	(11,0)	(149)	(12,3)	(175)	(21,0)
Propaganda e Publicidade.....	(41)	(6,1)	(87)	(7,2)	(125)	(15,0)
Serviços Técnicos Especializados.....	(11)	(1,7)	(23)	(1,9)	(17)	(2,0)
Taxa Comissão de Valores Mobiliários.....	(15)	(2,2)	(21)	(1,7)	(13)	(1,6)
Serviços do Sistema Financeiro.....	(7)	(1,0)	(14)	(1,2)	(15)	(1,8)
Outros.....	-	-	(4)	(0,3)	(5)	(0,6)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	672	100,0	1.215	100,0	833	100,0
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	672	100,0	1.215	100,0	833	100,0
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	672	100,0	1.215	100,0	833	100,0
5.1) Impostos, Taxas e Contribuições.....	287	42,7	511	42,1	466	55,9
Estatual e Municipal.....	-	-	-	-	2	0,2
Federal.....	287	42,7	511	42,1	464	55,7
5.2) Remuneração de Capitais Próprios.....	385	57,3	704	57,9	367	44,1
Dividendos.....	4	0,6	7	0,6	3	0,4
Lucros Retidos.....	381	56,7	697	57,3	364	43,7

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BMC DTVM" ou "Instituição") é uma instituição financeira que tem por objetivo praticar operações e atividades pertinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie. É parte integrante da Organização Bradesco, suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões fiscais; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de janeiro de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2015, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2016.

Em virtude da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho ou passivo praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, e que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

h) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

i) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 44 mil (2014 - R\$ 44 mil).

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Carteira própria		
Cotas de fundos de investimentos.....	11.327	10.514
Total	11.327	10.514

b) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (2)
	1 a 30 dias	31 a 180 dias			
Títulos (1)					
Títulos para negociação:					
Letras financeiras do tesouro.....	-	2	5.865	5.867	2.865
Notas do tesouro nacional.....	3.126	-	-	3.126	5.150
Letras financeiras.....	43	664	470	2.022	1.826
Debêntures.....	-	10	302	312	411
Letras do tesouro nacional.....	-	-	-	-	262
Total em 2015	3.169	674	7.012	11.327	11.327
Total em 2014	5.762	60	1.059	3.633	10.514

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pelo Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cota.

c) Resultado de títulos e valores mobili

BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.163.016/0001-76
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O processo com essa classificação refere-se a Autuação IRPJ e CSLL sobre o suposto ganho não tributado na desmutilização da BM&F e da Bovespa, no ano de 2007, no montante de R\$ 302 mil (2014 - R\$ 289 mil).

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Provisão fiscais (Nota 7b).....	342	312
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.....	397	232
Provisão para impostos diferidos (Nota 15c).....	41	26
Impostos e contribuições a recolher.....	6	-
Total.....	786	570

b) Diversas

Refere-se à provisão para pagamento de publicações legais, no montante de R\$ 72 mil (2014 - R\$ 93 mil).

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 6.000 mil (2014 - R\$ 5.700 mil) está representado por 6.000.000 (2014 - 5.700.000) cotas, subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade	R\$ mil
	de cotas	
Em 31 de dezembro de 2014.....	5.700.000	5.700
Aumento de capital com reservas (1).....	300.000	300
Em 31 de dezembro de 2015.....	6.000.000	6.000

(1) Em 22 de maio de 2015 o BACEN aprovou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 29.4.2015, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária" no montante de R\$ 300 mil, com a criação de 300.000 cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, atribuídas ao Sócio Cotista Banco Bradesco Financiamentos S.A.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros.....	5.094	4.697
- Reserva legal (1).....	90	55
- Reserva estatutária (2).....	5.004	4.642

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos Sócios-Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2015	2014
Lucro líquido.....	704	367
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.....	(35)	(19)
Base de cálculo.....	669	348
Dividendos propostos.....	7	3
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado.....	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil cotas.....	1,17	0,53

10) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Propaganda e publicidade.....	87	125
Serviços técnicos especializados.....	23	17
Taxa comissão de valores mobiliários.....	21	13
Serviços do sistema financeiro.....	14	15
Outras.....	4	5
Total.....	149	175

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Contribuição à COFINS.....	55	43
Contribuição ao PIS.....	9	7
Imposto de renda retido na fonte.....	1	161
Outras.....	-	2
Total.....	64	213

12) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Atualização de depósitos em garantia.....	29	21
Ganho na anistia.....	21	92
Total.....	29	113

13) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Atualização de provisões fiscais.....	30	22
Juros sobre imposto de renda retido na fonte.....	4	165
Outras.....	4	-
Total.....	34	187

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	2014	2015	2014
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A. (Controlador indireto).....	44	44	-	-
Dividendos:				
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Controlador direto)...	(7)	(3)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Atualmente na Reunião de Sócio-cotistas é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas físicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria Instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	1.151	620
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(518)	(248)
Efeitos no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	(2)	-
Crédito tributário líquido do passivo diferido (2).....	12	-
Outros valores (3).....	61	(5)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(447)	(253)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15;
(2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e
(3) Inclui, basicamente, a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(466)	(281)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	4	28
Ativação de crédito tributário Lei nº 13.169/15:		
Adições temporárias.....	15	-
Total dos impostos diferidos.....	19	28
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(447)	(253)

c) Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2014	Constituição (1)	Realização	Saldo em 31.12.2015
Provisão para contingências fiscais.....	124	27	-	151
Provisão para publicações.....	37	29	37	29
Total dos créditos tributários (Nota 6).....	161	56	37	180
Obrigações fiscais diferidas (Nota 8a).....	26	15	-	41
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas.....	135	41	37	139

(1) Inclui o montante de R\$ 15, relativo à majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições temporárias previstos de realização até dezembro de 2018, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº 13.169/15.

d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2016.....	59	43	102
2017.....	16	13	29
2018.....	28	21	49
Total (Nota 6).....	103	77	180

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação da Organização, líquida dos efeitos tributários, somou R\$ 168 mil (2014 - R\$ 154 mil).

Todos os créditos tributários da BMC Asset foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 41 mil (2014 - R\$ 26 mil) relativa a atualização monetária de depósitos judiciais, incluí, em 2015, o montante de R\$ 3 mil, relativo à majoração da alíquota da CSLL, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. A BMC DTMV, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Cotistas da

BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa ava-

liação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o exercício e semestre, findos em 31 de dezembro de 2015, que estão sendo apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de fevereiro de 2016



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP252418/O-3

VISITE NOSSAS LIVRARIAS:

- livraria.imprensaoficial.com.br – Livraria Virtual
- Rua XV de novembro, 318 – 2ª a 6ª das 9h as 18h



BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
 CNPJ 04.163.016/0001-76
 Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No exercício, a BMC DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 704 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 11.094 mil e Ativos Totais de R\$ 11.959 mil.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BMC DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil		2015		2014	
ATIVO					
CIRCULANTE	11.404	10.591			
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	44	44			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5)	11.327	10.514			
Carteira Própria	11.327	10.514			
OUTROS CRÉDITOS	33	33			
Diversos (Nota 6)	33	33			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	554	471			
OUTROS CRÉDITOS	554	471			
Diversos (Nota 6)	554	471			
PERMANENTE	1	1			
INVESTIMENTOS	1	1			
Outros Investimentos	1	1			
TOTAL	11.959	11.063			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	2015	2014	2015	2014		Legal	Estatutária		
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	746	1.369	1.082		6.000	71	4.642	-	10.713
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	746	1.369	1.082		-	-	-	385	385
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	746	1.369	1.082		-	19	362	(381)	(4)
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	(109)	(218)	(462)		-	-	-	(4)	(4)
Outras Despesas Administrativas (Nota 10)	(74)	(149)	(175)		6.000	90	5.004	-	11.094
Despesas Tributárias (Nota 11)	(35)	(64)	(213)		5.500	36	4.497	-	10.033
Outras Receitas Operacionais (Nota 12)	16	29	113		200	-	(200)	-	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(16)	(34)	(187)		-	-	19	345	367
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	637	1.151	620		-	-	-	367	367
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 15a e b)	(252)	(447)	(367)		-	-	-	(364)	(3)
LUCRO LÍQUIDO	385	704	253		5.700	55	4.642	-	10.397
Número de cotas (Nota 9a)	6.000.000	6.000.000	5.700.000		300	-	(300)	-	-
Lucro por lote de mil cotas em R\$	64,17	117,33	64,39		-	-	35	662	704
					-	-	-	(7)	(7)
					6.000	90	5.004	-	11.094

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2015	2014	2015	2014		2015	2014	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:									
Ajustes ao Lucro antes dos Impostos	637	1.151	620		1 - RECEITAS	746	1.369	1.082	121,0
Despesas com Provisões Fiscais	16	30	72		1.1) Intermidação Financeira	746	1.369	1.082	129,9
Lucro Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	653	1.181	692		1.2) Outras	-	-	(5)	(8,9)
(Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(586)	(813)	(395)		2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(74)	(11,0)	(149)	(21,0)
(Aumento) em Outros Créditos	(50)	(65)	(67)		Propaganda e Publicidade	(41)	(6,1)	(87)	(12,5)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	10	(10)	(2)		Serviços Técnicos Especializados	(11)	(1,7)	(23)	(3,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(33)	(290)	(218)		Taxa Comissão de Valores Mobiliários	(15)	(2,2)	(21)	(3,0)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(6)	3	10		Serviços do Sistema Financeiro	(7)	(1,0)	(14)	(1,8)
					Outros	-	-	(4)	(0,6)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:					3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	672	100,0	1.215	100,0
Dividendos Pagos	-	(3)	(3)		4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	672	100,0	1.215	100,0
Caixa Líquido Utilizado das Atividades de Financiamentos	(3)	(3)	(3)		5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	672	100,0	1.215	100,0
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(6)	0	7		5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	287	42,7	511	42,1
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	50	44	37		Estatual e Municipal	-	-	-	0,2
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	44	44	44		Federal	287	42,7	511	42,1
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(6)	0	7		5.2) Remuneração de Capitais Próprios	385	57,3	704	57,9
					Dividendos	4	0,6	7	0,6
					Lucros Retidos	381	56,7	697	57,3

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
 A BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("BMC DTVM" ou "Instituição") é uma instituição financeira que tem por objetivo praticar operações e atividades pertinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie. É parte integrante da Organização Bradesco, suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões fiscais; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de janeiro de 2016.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
 As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apreciação do resultado
 O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas *pro rata* são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários
 • Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
 • Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários os quais são reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
 • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
 Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em virtude da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas atuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os débitos em impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
 Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

g) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - prováveis para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

h) Outros ativos e passivos
 Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando avaliada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

i) Eventos subsequentes
 Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
 A Instituição possui disponibilidades em moeda nacional no montante de R\$ 44 mil (2014 - R\$ 44 mil).

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
a) Composição da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Carteira própria		
Cotas de fundos de investimentos	11.327	10.514
Total	11.327	10.514

b) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	2014	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
Títulos (1)				
1 a 30 dias				
31 a 180 dias				
181 a 360 dias				
Acima de 360 dias				
Títulos para negociação:				
Letras financeiras do tesouro	-	-	5.865	5.867
Notas do tesouro nacional	3.126	-	3.126	3.126
Letras financeiras	43	664	845	2.022
Debêntures	-	10	302	312
Letras do tesouro nacional	-	-	-	262
Total em 2015	3.169	674	7.012	11.327
Total em 2014	5.762	60	1.059	3.633

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos são efetuadas em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco e foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimentos, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Títulos de renda fixa	1.369	1.082
Total	1.369	1.082

A BMC DTVM não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

6) OUTROS CRÉDITOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Devedores por depósitos em garantia - fiscais	348	282
Créditos tributários (Notas 15c e d)	180	161
Opções por incentivos fiscais	37	37
Devedores por depósitos em garantia - cíveis	22	21
Devedores diversos	-	3
Total	587	504

7) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS
a) Ativos contingentes
 Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 A Instituição é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais
 A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados nos balanços de acordo com a legislação em vigor. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

II - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Fiscais		
Saldo em 31 de dezembro de 2014		312
Atualização monetária	-	30
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (Nota 8a)		342

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis
 A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes analisados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O processo com essa classificação refere-se a Autuação IRPJ e CSLL sobre o suposto ganho não tributado na desmumificação da BM&F e da Bovespa, no ano de 2007, no montante de R\$ 302 mil (2014 - R\$ 289 mil).

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES
a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Provisão fiscal (Nota 7b)	342	312
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	397	232
Provisão para impostos diferidos (Nota 15c)	41	26
Impostos e contribuições a recolher	6	-
Total	786	570

b) Diversas
 Refere-se à provisão para pagamento de publicações legais, no montante de R\$ 72 mil (2014 - R\$ 93 mil).

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social
 O capital social no montante de R\$ 6.000 mil (2014 - R\$ 5.700 mil) está representado por 6.000.000 (2014 - 5.700.000) cotas, subscritas e integralizadas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de cotas		R\$ mil	
	2015	2014	2015	2014
Em 31 de dezembro de 2014		5.700.000		5.700
Aumento de capital com reservas (1)		300.000		300
Em 31 de dezembro de 2015		6.000.000		6.000

(1) Em 22 de maio de 2015 o BACEN aprovou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 29.4.2015, que deliberou o aumento do capital social, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Reserva Estatutária" no montante de R\$ 300 mil, com a criação de 300.000 cotas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuídas ao Sócio Cotista Banco Bradesco Financiamentos S.A.

c) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Reservas de lucros		
Reserva legal (1)	5.094	4.697
Reserva estatutária (2)	41	55
- Reserva estatutária	5.004	4.642

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do

BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 04.163.016/0001-76
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controlador são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações e estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2015	2014	2015	2014
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A. (Controlador indireto).....	44	44	-	-
Dividendos:				
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Controlador direto).....	(7)	(3)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião de Sócio-cotistas é fixado:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar abertos dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Não foi fixada remuneração aos Administradores da Sociedade, tendo em vista que todos já recebem remuneração pelas funções que exercem no Banco Bradesco S.A., controlador indireto, em consonância com a prática da Organização Bradesco.
A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria Instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
Dessa forma, não são efetuadas pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.151	620
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (1).....	(518)	(248)
Resultados no cálculo dos tributos:		
Despesas indutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	(2)	-
Crédito tributário líquido do passivo diferido (2).....	12	-
Outros valores (3).....	61	(5)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(447)	(253)

(1) Alíquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2015 até dezembro de 2016, de acordo com a Lei nº 13.169/15;
(2) Constituição de crédito tributário, líquido do passivo diferido, relativo à majoração de alíquota da contribuição social, conforme Lei nº 13.169/15; e
(3) Inclui, basicamente, a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (45%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(466)	(281)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	4	28
Ativação de crédito tributário Lei nº 13.169/15:		
Adições temporárias.....	15	-
Total dos impostos diferidos	19	28
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(447)	(253)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Cotistas da
BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

c) Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2014	Constituição (1)	Realização
Provisão para contingências fiscais.....	124	27	151
Provisão para publicações.....	37	29	29
Total dos créditos tributários (Nota 6)	161	56	180
Obrigações fiscais diferidas (Nota 8a).....	26	15	41
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	135	41	139

(1) Inclui o montante de R\$ 15, relativo à majoração de alíquota da contribuição social sobre as adições temporárias previstos de realização até dezembro de 2016, baseados em estudos técnicos e análises realizadas pela Administração, conforme Lei nº 13.169/15.

d) Previsão da realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2015 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Contribuição social	Total
Imposto de renda	59	43	102
2017.....	16	13	29
2018.....	28	21	49
Total (Nota 6)	103	77	180

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação da Organização, líquida dos efeitos tributários, somou R\$ 168 mil (2014 - R\$ 154 mil).

Todos os créditos tributários da BMC Asset foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 41 mil (2014 - R\$ 26 mil) relativa a atualização monetária de depósitos judiciais, incluído, em 2015, o montante de R\$ 3 mil, relativo à majoração da alíquota da CSLL, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.
A BMC DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/09 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - produzirá efeito a partir de 1º de janeiro de 2016).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Não houve eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

A DIRETORIA

Célio Magalhães - Contador - CRC 1SP199295/O-5

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMC Asset Management - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração de valor adicionado


Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, que estão sendo apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de fevereiro de 2016



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3





COMPOSIÇÃO	
Margem Bruta	48,54%
Margem Operacional	15,3%
Margem Líquida	25,55%
Retorno Sobre Investimento	12,91%
Liquidez Seca	1,04
Liquidez Corrente	1,16
Fluxo de Caixa/Ação	2,12
Fluxo de Caixa Operacional	19,79%


O QUE ESTÁ POR TRÁS DA SUA EMPRESA FAZ TODA A DIFERENÇA PARA ELA SER O QUE É.

DIVULGUE OS SEUS RESULTADOS FINANCEIROS PARA QUEM ENTENDE.

O Valor é o único jornal que disponibiliza seus resultados em todas as plataformas.

Email Alerta
Facebook



Twitter

Audiência total**:

2.052.000

leitores únicos (impresso + digital)

11 3767.1323 (São Paulo)
61 3717.3331 (Brasília)
21 3521.1415 (Rio de Janeiro)

valor.com.br/comunicacaocominvestidores



ECONÔMICO

Notícias que geram negócios

Fontes: Perfil leitores: Pesquisa Cultural - Pesquisa MARCA 2014.
** Audiência Total: Leitores Únicos Digital Multiplataforma Valor (Desktop+Mobile) comScore Novembro 2015, somados ao total de leitores exclusivos Impresso Valor Econômico - Ipsos Marplan EGM 1º Semestre 2015.